

CONDIÇÕES FINAIS
(NO TOCANTE AO PROSPECTO DATADO DE 17 DE MARÇO DE 2011)

O NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO DESCRITO NO ANEXO A ESTE DOCUMENTO (“NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO”) É PARTE INTEGRANTE DAS CONDIÇÕES FINAIS. O NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO DEVERÁ PREVALECER SOBRE QUAISQUER TERMOS DESCRITOS NAS CONDIÇÕES FINAIS OU EM QUAISQUER DOCUMENTOS RELATIVOS À OPERAÇÃO (INCLUSIVE AQUELES AQUI MENCIONADOS). PARA EVITAR DÚVIDAS, O PARÁGRAFO 5 DO NÚCLEO DE SUBORDINAÇÃO INCLUI UM SUMÁRIO DOS TERMOS E CONDIÇÕES DESTA SÉRIE DE TÍTULOS SUBORDINADOS.

Condições Finais datadas de 17 de janeiro de 2012

Itaú Unibanco Holding S.A.
atuando por meio de sua Agência em Grand Cayman

Programa de US\$ 10.000.000.000 de Títulos Globais de Médio Prazo
Série nº: 4
Tranche nº: 2

US\$550.000.000 de Títulos Subordinados de 6,20% com vencimento em 2021

(Reabertura de US\$500.000.000 de Títulos Subordinados de 6,20% com vencimento em 2021)

Preço de emissão: 101,471%, acrescido de juros acumulados, totalizando US\$3.125.834 a partir de 21 de dezembro de 2011 inclusive, exceto 24 de janeiro de 2012

ITAÚ BBA USA SECURITIES, INC.
J.P. MORGAN SECURITIES LLC

MERRILL LYNCH, PIERCE, FENNER & SMITH INCORPORATED

Este documento constitui as Condições Finais relativas à emissão de US\$550.000.000 de Títulos Subordinados de 6,20% com vencimento em 2021 (“**Títulos Subordinados da Tranche 2**”), ora descritas, sendo que o Núcleo de Subordinação incluído no Anexo A é parte integrante e inseparável destas Condições Finais. As condições de subordinação contidas no Núcleo de Subordinação prevalecerão sobre estas Condições Finais, bem como sobre quaisquer documentos do programa (inclusive aqueles mencionados neste documento), sendo certo que a Cláusula 5 do

Núcleo de Subordinação inclui um sumário dos termos e condições relativos aos Títulos Subordinados (conforme definição a seguir).

Na Data de Emissão (conforme especificado no parágrafo 7 (i) abaixo), os Títulos Subordinados da Tranche 2 negociados de acordo com a Norma 144A serão fungíveis, consolidados e formarão uma única Série (conforme especificado no parágrafo 2 (i) a seguir) e votarão como uma única classe juntamente com US\$500.000.000 de Títulos Subordinados de 6,20% com vencimento em 2021 de propriedade do Emissor (“**Títulos Subordinados da Tranche 1**” e, conjuntamente com os Títulos Subordinados da Tranche 2, aqui denominados “**Títulos Subordinados**”). Após o término do período de conformidade da distribuição de acordo com o Regulamento S, o qual ocorrerá em 4 de março de 2012, os Títulos Subordinados da Tranche 2 negociados segundo o Regulamento S serão consolidados e fungíveis com os Títulos Subordinados da Tranche 1.

As definições dos termos ora utilizados serão consideradas para fins dos Termos e Condições dos Títulos Subordinados (“**Condições**”) estabelecidos no Prospecto datado de 17 de março de 2011 (“**Prospecto**”). Estas Condições Finais contêm as condições finais dos Títulos Subordinados da Tranche 2, e deverão ser lidas em conjunto com o Prospecto.

OS TÍTULOS SUBORDINADOS NÃO FORAM E NÃO SERÃO REGISTRADOS DE ACORDO COM O SECURITIES ACT DE 1933, CONFORME ALTERADO (“SECURITIES ACT”), OU DE ACORDO COM AS LEIS DE VALORES MOBILIÁRIOS DE QUALQUER ESTADO OU JURISDIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS. EXCETO EM ALGUNS CASOS, OS TÍTULOS SUBORDINADOS NÃO PODERÃO SER OFERTADOS, VENDIDOS OU ENTREGUES DENTRO DOS ESTADOS UNIDOS OU PARA PESSOAS NORTE-AMERICANAS (CONFORME DEFINIDO NO REGULAMENTO S DO SECURITIES ACT), OU EM SEU BENEFÍCIO. ESTAS CONDIÇÕES FINAIS FORAM ELABORADAS PELO EMISSOR PARA SEREM UTILIZADAS EM CONJUNTO COM A OFERTA E A VENDA DOS TÍTULOS SUBORDINADOS DA TRANCHE 2 FORA DOS ESTADOS UNIDOS PARA PESSOAS QUE NÃO DOS ESTADOS UNIDOS COM BASE NO REGULAMENTO S, E DENTRO DOS ESTADOS UNIDOS PARA “INVESTIDORES INSTITUCIONAIS QUALIFICADOS” CONFORME A NORMA 144A DO SECURITIES ACT (“NORMA 144A”), BEM COMO PARA A LISTAGEM DOS TÍTULOS SUBORDINADOS DA TRANCHE 2 NO MERCADO EURO MTF DA BOLSA DE VALORES DE LUXEMBURGO. OS TÍTULOS SUBORDINADOS ESTÃO SUJEITOS A RESTRIÇÕES DE TRANSFERÊNCIA E REVENDA, E NÃO DEVEM SER TRANSFERIDOS OU REVENDIDOS EXCETO CONFORME ESTABELECIDO NO SECURITIES ACT MEDIANTE REGISTRO OU SUA ISENÇÃO. POR MEIO DESTES DOCUMENTOS, OS POTENCIAIS INVESTIDORES FICAM INFORMADOS DE QUE OS VENDEDORES DOS TÍTULOS SUBORDINADOS PODERÃO GOZAR DAS ISENÇÕES ESTABELECIDAS NO ARTIGO 5 DO SECURITIES ACT CONFORME A NORMA 144A. O POTENCIAL INVESTIDOR DEVERÁ ESTAR CIENTE DE QUE PODERÁ SER OBRIGADO A ARCAR COM OS RISCOS FINANCEIROS DESTES INVESTIMENTOS POR UM PERÍODO INDETERMINADO. A DESCRIÇÃO DESTAS E DE OUTRAS RESTRIÇÕES RELATIVAS A OFERTAS OU À VENDA DOS TÍTULOS SUBORDINADOS, BEM COMO À DISTRIBUIÇÃO DESTAS CONDIÇÕES FINAIS E

DO PROSPECTO, ESTÁ DISPONÍVEL NOS ITENS “SUBSCRIÇÃO E VENDA” E “RESTRICÇÕES À TRANSFERÊNCIA” INCLUÍDOS NO PROSPECTO.

AO ADQUIRIR OU DETER OS TÍTULOS SUBORDINADOS (OU QUALQUER PARTICIPAÇÃO NESSES TÍTULOS), O INVESTIDOR OU DETENTOR SERÁ HAVIDO POR DECLARAR E CONCORDAR QUE (A) NÃO É E, DURANTE O PERÍODO RM QUE DETIVER TÍTULOS SUBORDINADOS (OU QUALQUER PARTICIPAÇÃO NESSES TÍTULOS), NÃO SERÁ (I) UM “PLANO DE BENEFÍCIO A FUNCIONÁRIOS”, CONFORME DEFINIDO NO ARTIGO 3(3) DA LEI DE GARANTIA DE RENDA AO TRABALHADOR APOSENTADO DE 1974 (“ERISA”), CONFORME ALTERADA, SUJEITO AO TÍTULO I DA ERISA; (II) UM “PLANO” CONFORME DEFINIDO E SUJEITO À CLÁUSULA 4975 DO CÓDIGO DO INTERNAL REVENUE SERVICE DOS ESTADOS UNIDOS DE 1986 (“CÓDIGO”), CONFORME ALTERADO; (III) UMA ENTIDADE CUJOS ATIVOS SUBJACENTES INCLUAM OS ATIVOS DE QUALQUER TAL “PLANO DE BENEFÍCIO A FUNCIONÁRIOS” SUJEITO À ERISA OU OUTRO PLANO SUJEITO À CLÁUSULA 4975 DO CÓDIGO; OU (IV) UM PLANO DE BENEFÍCIO GOVERNAMENTAL OU OUTRO PLANO SUJEITO A QUALQUER LEI FEDERAL, ESTADUAL OU LOCAL DOS ESTADOS UNIDOS OU QUE NÃO DOS ESTADOS UNIDOS SUBSTANCIALMENTE SEMELHANTE ÀS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 406 DA ERISA OU À CLÁUSULA 4975 DO CÓDIGO; OU (B) A COMPRA OU DETENÇÃO DOS TÍTULOS SUBORDINADOS NÃO RESULTARÁ EM UMA OPERAÇÃO PROIBIDA SEGUNDO O ARTIGO 406 DA ERISA OU A CLÁUSULA 4975 DO CÓDIGO (OU, NO CASO DE UM PLANO DE BENEFÍCIO GOVERNAMENTAL OU OUTRO PLANO, QUALQUER LEI FEDERAL, ESTATUAL OU LOCAL DOS ESTADOS UNIDOS OU NÃO DOS ESTADOS UNIDOS SUBSTANCIALMENTE SEMELHANTE) PARA A QUAL NÃO EXISTAM EXCEÇÕES.

OS TÍTULOS SUBORDINADOS NÃO FORAM APROVADOS OU REJEITADOS PELA U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION, OU QUALQUER COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ESTADUAL DOS ESTADOS UNIDOS, OU QUALQUER OUTRA AUTORIDADE REGULATÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS, E NENHUMA DESSAS AUTORIDADES APROVOU A PRECISÃO OU ADEQUAÇÃO DESTAS CONDIÇÕES FINAIS OU DO PROSPECTO. QUALQUER DECLARAÇÃO EM CONTRÁRIO SERÁ CONSIDERADA CRIME NOS ESTADOS UNIDOS.

AVISO PARA RESIDENTES EM NEW HAMPSHIRE: O FATO DE UMA DECLARAÇÃO DE REGISTRO OU UM PEDIDO DE LICENÇA TER SIDO PROTOCOLADO NOS TERMOS DO CAPÍTULO 421-B DAS LEIS REVISADAS E COMENTADAS DE NEW HAMPSHIRE DE 1995, E ALTERAÇÕES POSTERIORES, PERANTE O ESTADO DE NEW HAMPSHIRE, OU O FATO DE UM VALOR MOBILIÁRIO ESTAR EFETIVAMENTE REGISTRADO OU DE UMA PESSOA ESTAR LICENCIADA NO ESTADO DE NEW HAMPSHIRE NÃO IMPLICA QUE QUALQUER DOCUMENTO PROTOCOLADO NOS TERMOS DAS RSA 421-B É VERDADEIRO, COMPLETO E NÃO ENGANOSO SEGUNDO O SECRETÁRIO DE ESTADO. QUALQUER REFERIDO FATO OU O FATO DE UMA ISENÇÃO OU EXCEÇÃO ESTAR DISPONÍVEL PARA UM VALOR MOBILIÁRIO OU PARA UMA

OPERAÇÃO NÃO SIGNIFICA QUE O SECRETÁRIO DE ESTADO AUTORIZOU, DE QUALQUER FORMA, OS MÉRITOS OU AS QUALIFICAÇÕES, OU RECOMENDOU OU APROVOU QUALQUER PESSOA, VALOR MOBILIÁRIO OU OPERAÇÃO. É ILEGAL FORNECER, OU FAZER COM QUE SEJA FORNECIDO, A QUALQUER COMPRADOR, CONSUMIDOR OU CLIENTE EM POTENCIAL QUALQUER DECLARAÇÃO INCONSISTENTE COM AS DISPOSIÇÕES DESTE PARÁGRAFO.

1. Emissor: Itaú Unibanco Holding S.A. (atuando por meio de sua Agência em Grand Cayman)

2. (i) Número de Série: 4
- (ii) Número da Tranche: 2. Na Data de Emissão (conforme especificado no parágrafo 7 (i) abaixo), os Títulos Subordinados da Tranche 2 negociados de acordo com a Norma 144A serão fungíveis, consolidados e formarão uma única Série (conforme especificado no parágrafo 2 (i) acima) e votarão como uma única classe juntamente com os Títulos Subordinados da Tranche 1.

- Na Data de Emissão (conforme especificado no parágrafo 7 (i) abaixo), os Títulos Subordinados da Tranche 2 segundo o Regulamento S formarão uma única Série (conforme especificado no parágrafo 2 (i) acima) e votarão como uma única classe juntamente com os Títulos Subordinados da Tranche 1. Os Títulos Subordinados da Tranche 2 segundo o Regulamento S serão emitidos com um número CUSIP, ISIN e Código Comum temporários. Após o término do período de conformidade da distribuição de acordo com o Regulamento S, o qual ocorrerá em 4 de março de 2012, os Títulos Subordinados da Tranche 2 negociados segundo o Regulamento S serão consolidados e fungíveis com os Títulos Subordinados da Tranche 1.

3. Moeda ou Moedas Especificadas (Condição 1(d)): Dólares norte-americanos (US\$)

4. Valor Nominal Total:
 - (i) Série: US\$1.050.000.000
 - (ii) Tranche: Títulos Subordinados da Tranche 2:
US\$550.000.000

- | | | |
|-----|--|--|
| 5. | (i) Preço de emissão: | 101.471% do Valor Nominal Total dos Títulos Subordinados da Tranche 2, acrescido de juros acumulados, totalizando US\$3.125.834 a partir de 21 de dezembro de 2011 inclusive, exceto 24 de janeiro de 2012. |
| | (ii) Recursos Brutos: | US\$561.216.334 |
| 6. | Denominações Especificadas (Condição 1 (b)): | US\$200.000 e múltiplos inteiros de US\$1.000 em diante |
| 7. | (i) Data de Emissão: | 24 de janeiro de 2012 |
| | (ii) Data de Início dos Juros: | 24 de janeiro de 2012 |
| 8. | Data de Vencimento: | 21 de dezembro de 2021 |
| 9. | Base de Juros (Condição 5): | Taxa fixa |
| 10. | Base de Resgate/Pagamento (Condição 6(a)): | Resgate no valor nominal |
| 11. | Mudança na Base de Resgate/Pagamento de Juros: | Não aplicável |
| 12. | Situação dos Títulos (Condição 4): | Subordinada |
| 13. | Listagem e Negociação: | Foi feito um requerimento para listagem dos Títulos Subordinados da Tranche 2 no mercado Euro MTF da Bolsa de Valores de Luxemburgo. O primeiro dia de negociação no mercado Euro MTF da Bolsa de Valores de Luxemburgo dos Títulos Subordinados da Tranche 2 deverá ser 24 de janeiro de 2012. Os Títulos Subordinados da Tranche 1 foram listados e começaram a ser negociados no mercado Euro MTF da Bolsa de Valores de Luxemburgo no dia 21 de junho de 2011. |
| 14. | Método de distribuição: | Sindicalizado |

DISPOSIÇÕES RELATIVAS A JUROS (SE HOVER) DEVIDOS

- | | | |
|-----|---|---|
| 15. | Disposições Relativas a Títulos de Taxa Fixa (Condição 5(I)): | Aplicável |
| | (i) Taxa(s) de Juros: | 6.20% por ano paga semestralmente vencida |
| | (ii) Data(s) de Pagamento de | 21 de junho e 21 de dezembro, a partir de 21 de junho de 2012 |

Juros:

- | | | |
|--------|---|--|
| (iii) | Taxa de Mora: | 1.0% |
| (iv) | Valor(es) de Cupom Fixo: | US\$31,00 por Título Subordinado de Denominação Especificada de US\$1.000. |
| (v) | Valor(es) Fracionários: | Não aplicável |
| (vi) | Fração de Cálculo de Dias: | 30/360 |
| (vii) | Data(s) de Determinação: | Não aplicável |
| (viii) | Convenção de Dia Útil: | Dia Útil Subsequente |
| (ix) | Centro(s) de Negócio: | Nova York e São Paulo |
| (x) | Outros termos relativos ao método de cálculo de Títulos de Taxa Fixa: | Não aplicável |
16. Disposições Relativas a Títulos de Taxa Flutuante (Condição 5(II)):
17. Disposições Relativas a Títulos com Juros Indexados:
18. Disposições Relativas a Títulos em Duas Moedas:

DISPOSIÇÕES RELATIVAS A RESGATES

19. Opção de Compra (Condição 17(d)(vi)):
20. Valor de Resgate Final de cada Título Subordinado:
21. Valor de Resgate Antecipado:
- | | | |
|-----|--|---|
| (i) | Valor(es) de Resgate Antecipado de cada Título Subordinado devido no resgate para fins de tributação (Condição 17(d)(iv)), ocorrência de um Evento Regulatório (Condição 17(d)(v)) ou um Caso de Inadimplemento (Condição 9) | 100% da Denominação Especificada de US\$1.000 |
|-----|--|---|

ou método do respectivo cálculo (se exigido ou diferente daquele estabelecido nas Condições):

- (ii) Nível de Retenção Original (Condição 17(d)(iv)): 0%

DISPOSIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS AOS TÍTULOS SUBORDINADOS

22. Forma dos Títulos Subordinados: Títulos Nominativos
- (i) DTC Global Notes, European Global Notes ou Títulos Definitivos individuais: DTC Restricted Global Notes ou DTC Unrestricted Global Notes disponíveis na Data de Emissão
23. Detalhes relativos a Títulos Subordinados Parcialmente Pagos: valor de cada pagamento incluindo o Preço de Emissão e a data na qual cada pagamento deverá ser efetuado e as consequências (se houver) da falta de pagamento, inclusive qualquer direito do Emissor de cancelar os Títulos Subordinados e juros devidos sobre o pagamento em atraso: Não aplicável
24. Disposições relativas a redenominação, renominalização e reconvenção (Condição 21): Não aplicável
25. Detalhes relativos a Títulos de Parcelamento: Não aplicável
26. Número máximo de dias (após a data na qual o Emissor não mais violará as Exigências de Capital Ajustadas pelo Risco) para diferimento dos juros e do principal (Condição 17(c)(ii)): 14
27. Número Mínimo de Dias Úteis Pertinentes da notificação a ser emitida em relação ao diferimento (Condição 17(c)(iv)): 2
28. Número Máximo de Dias Úteis Pertinentes da notificação a ser

emitida em relação ao diferimento
(Condição 17(c)(iv)):

29. Outros termos ou condições especiais: O Núcleo de Subordinação, ora anexado como Anexo A, que estabelece as condições de subordinação e outras condições, conforme a Resolução 3.444.

Na hipótese de (i) qualquer incorporação, fusão ou transferência (inclusive cisão), de acordo com a Condição 18 (“Consolidação, Fusão ou Venda de Ativos”), caso a Sociedade Sucessora seja residente, para efeito de tributação, em outro país que não o Brasil ou as Ilhas Cayman (“**Nova Jurisdição**”); ou (ii) qualquer substituição de acordo com a Condição 11(d) (“Assembleias de Detentores de Títulos, Modificação, Isenção de Responsabilidade e Substituição – Substituição”), quando a Nova Residência do Devedor Substituído for um país que não o Brasil ou as Ilhas Cayman, todas as referências feitas na Condição 8 (“Tributação”) e na Condição 17(d)(ii) (“Condições de Subordinação – Resgate, Recompra e Garantia ou Seguro – Resgate Opcional por Motivos de Tributação”) ao “Brasil” e às “Ilhas Cayman” deverão ser substituídas por referências à Nova Jurisdição ou à Nova Residência, conforme o caso, e a referência incluída na Condição 17(d)(ii) (“Condições de Subordinação – Resgate, Recompra e Garantia ou Seguro – Resgate Opcional por Motivos de Tributação”) com relação à “Data de Emissão” deverá ser substituída por uma referência à “data da respectiva incorporação, fusão, transferência ou substituição, conforme o caso.”

Os termos em maiúsculas usados mas não definidos neste parágrafo terão o significado a eles atribuídos nos Termos e Condições dos Títulos Subordinados.

DISTRIBUIÇÃO

30. (i) Se sindicalizada, nome dos Coordenadores:

Itaú BBA USA Securities, Inc., J.P. Morgan Securities LLC e Merrill Lynch, Pierce, Fenner

& Smith Incorporated

- (ii) Coordenador de Estabilização
(se houver): Não aplicável
31. Se não sindicalizada, nome do(s)
Distribuidor(es) Não aplicável
32. Restrições de venda adicionais: Não aplicável

INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

33. (i) ISIN: 144A: US46556LAE48
Regulamento S: US46556MAE21
Regulamento S temporário: US46556MAG78
- (ii) CUSIP: 144A: 46556LAE4
Regulamento S: 46556MAE2
Regulamento S temporário: 46556MAG7
- (iii) Código Comum: 144A: 064058622
Regulamento S: 064058614
Regulamento S temporário: 073504040
- (iv) Outros: Não aplicável

Os Títulos Subordinados da Tranche 1 e os Títulos Subordinados da Tranche 2 compartilharão os mesmos números ISIN e CUSIP, e serão fungíveis, exceto quando os Títulos Subordinados da Tranche 2 oferecidos e vendidos em transações offshore segundo o Regulamento S forem emitidos e mantidos sob números ISIN e CUSIP temporários durante o prazo de conformidade de distribuição de 40 dias a partir da Data de Emissão (conforme especificado no parágrafo 7(i) acima). Veja o parágrafo 2(ii) acima.

34. Qualquer(qualquer) sistema(s) de
compensação que não o Euroclear,
Clearstream, Luxembourg e DTC e
o(s) número(s) de identificação
correspondente(s): Não aplicável
35. Entrega: Esperamos que a entrega dos Títulos
Subordinados da Tranche 2 seja realizada sem
necessidade de pagamento dos Títulos
Subordinados da Tranche 2 em 24 de janeiro de
2012, que será o quinto dia útil após a data da
precificação dos Títulos Subordinados da
Tranche 2 (esse ciclo de liquidação é chamado de
T+5). Os compradores dos Títulos Subordinados
da Tranche 2 deverão estar cientes de que a

- negociação dos Títulos Subordinados da Tranche 2 na data da precificação ou no dia útil subsequente poderá ser afetada pela liquidação T+5.
36. Principal Agente de Pagamento: Bank of New York Mellon, atuando por meio de sua Agência em Nova York.
37. Agente de Registro: Bank of New York Mellon, atuando por meio de sua Agência em Nova York.
38. Agente de Cálculo: Bank of New York Mellon, atuando por meio de sua Agência em Londres.
39. Trustee: Bank of New York Mellon, representado por sua subsidiária em Nova York
40. Agente(s) Adicional(is)(se houver): Bank of New York Mellon, atuando por meio de sua Agência em Londres como Agente de Pagamento em Londres, e o Bank of New York Mellon (Luxembourg) S.A., atuando como Agente de Pagamento.
41. Imposto nos Estados Unidos: Veja o item “Determinadas Considerações Fiscais nos Estados Unidos” a seguir.

REQUERIMENTO DE LISTAGEM

Estas Condições Finais incluem as condições finais para listagem da emissão dos Títulos Subordinados da Tranche 2 aqui descritos segundo o Programa de US\$10.000.000.000 de Títulos Globais de Médio Prazo da Itaú Unibanco Holding S.A., atuando por meio de sua Agência em Grand Cayman.

RESPONSABILIDADE

O Emissor aceita a responsabilidade pelas informações contidas nestas Condições Finais as quais, quando lidas em conjuntos com o Prospecto (e as informações incorporadas por referência àquele instrumento) mencionado acima, contenham todas as informações que sejam substanciais à oferta dos Títulos Subordinados da Tranche 2 aqui contemplados.

DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR DE INFORMAÇÕES DO EMISSOR

Em 22 de dezembro de 2011, o Banco Central emitiu a Circular No. 3.569 (“**Circular 3.569/11**”), que consolida e redefine as exigências de reserva de depósito a prazo aplicáveis a bancos comerciais, bancos múltiplos, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, bancos de câmbio, bancos de poupança, e entidades de crédito, financiamento, investimento. O percentual de reserva de depósito a prazo elegível para o recebimento de juros estará limitado a 73% a partir de fevereiro de 2012, e 64% a partir de abril de 2012. O Banco Central também (i) redefiniu as operações cuja contraparte seja uma instituição financeira de menor porte e que podem ser deduzidas das exigências de reserva de depósito a prazo; e (ii) reduziu o Patrimônio de Referência, Nível I aplicável a instituições financeiras de menor porte de R\$2,5 bilhões para R\$2,2 bilhões para fins de dedução das exigências de reserva de depósito a prazo. As operações de depósito interbancário realizadas junto a instituições financeiras de menor porte para fins dessa dedução deverão ser concluídas antes de 29 de junho de 2012.

Em 27 de julho de 2011, o governo brasileiro aprovou o Decreto No. 7536, que instituiu o **IOF/Valores Mobiliários-Derivativos** à alíquota de 1% sobre o valor ideal ajustado de derivativos financeiros cujo valor é influenciado pelas taxas de câmbio, o que resultou no aumento da exposição vendida líquida do detentor (“**Contrato de Derivativos**”). Nessa mesma data, o governo brasileiro promulgou a Medida Provisória No. 539, através da qual as instituições autorizadas a registrar Contratos de Derivativos serão responsáveis pela cobrança e pagamento do IOF/Valores Mobiliários-Derivativos devido.

De acordo com o Decreto No. 7563, promulgado em 15 de setembro de 2011 (“**Decreto No. 7.563/11**”), os contribuintes do IOF/Valores Mobiliários-Derivativos são aqueles que possuem a titularidade (detentores) do Contrato de Derivativos, embora as entidades ou instituições autorizadas a registrar esses Contratos sejam responsáveis pelo cálculo e cobrança do referido imposto. Na impossibilidade de realizar o cálculo e a cobrança do IOF/Valores Mobiliários-Derivativos devido pelo contribuinte, essas entidades e instituições deverão fornecer as informações necessárias para o cálculo da base do imposto através de intermediários e participantes autorizados até o décimo dia útil do mês subsequente à ocorrência do fato gerador para: (i) os contribuintes residentes ou domiciliados no Brasil; (ii) o representante legal de contribuintes residentes ou domiciliados no exterior; e (iii) o gestor de fundos e clubes de investimento. As informações referentes a fatos geradores ocorridos entre 27 de julho e 30 de novembro de 2011 deveriam ser informadas até 14 de dezembro de 2011. Em 3 de novembro de 2011, a Receita Federal do Brasil aprovou a Instrução Normativa No. 1.207, que regulamenta os termos, condições e a base tributária do IOF/Valores Mobiliários-Derivativos.

Em 8 de dezembro de 2011, a Medida Provisória No. 539 foi convertida na Lei No. 12.543 (“**Lei No. 12.543**”), que determina que as pessoas jurídicas que realizam transações de exportação poderão deduzir do IOF/Valores Mobiliários-Derivativos devido o valor do IOF/Valores Mobiliários-Derivativos calculado sobre operações de hedge com derivativos ou, caso tal desconto não seja possível, essas empresas poderão solicitar o reembolso ou a compensação do valor em impostos federais e determinadas contribuições sociais. A Lei No. 12.453 também isentou do pagamento de IOF/Valores Mobiliários-Derivativos os fatos geradores ocorridos entre 27 de julho e 15 de setembro de 2011. Em 27 de dezembro de 2011, o Ministério da Fazenda aprovou a Instrução Normativa No. 560, que prorrogou até 31 de janeiro de 2012 o pagamento

do IOF/Valores Mobiliários-Derivativos referente ao período entre 16 de setembro a 31 de dezembro de 2011. De acordo com a lei brasileira, o governo federal está autorizado a aumentar a alíquota do IOF/Valores Mobiliários-Derivativos até 25% do valor ideal ajustado a qualquer tempo. O IOF/Valores Mobiliários-Derivativos poderá estar sujeito a outras regulamentações e as normas relacionadas podem ser alteradas.

O Decreto No. 7.632, em vigor a partir de 1º de dezembro de 2011, reduziu para zero% o IOF/Valores Mobiliários-Derivativos sobre as seguintes operações de câmbio realizadas por investidores estrangeiros que trazem recursos para o Brasil com o fim de negociá-los nos mercados financeiros e de capitais do país para: aquisição de investimentos em renda variável em bolsas de valores ou de futuros (exceto operações com derivativos que resultem em retornos previamente determinados). (ii) aquisição de ações através de ofertas públicas registradas (ou isentas de registro) na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) , ou subscrição de ações de companhias listadas; (iii) aquisição de cotas de fundos de private equity (FIPs e FIEEs) e fundos de fundos de private equity (FIC-FIPs/FIEEs) constituídos de acordo com o regulamento da CVM; (iv) aquisição de ações de empresas locais negociadas em bolsas brasileiras em função do cancelamento de depositary receipts negociados fora do Brasil; (v) alteração perante o Banco Central do Brasil do registro de investimentos estrangeiros em instrumentos de participação brasileiros – isto é, conversão dos investimentos estrangeiros diretos realizados em instrumentos de participação sujeitos à Lei No. 4.131/62 (“**Investimento 4.131**”) em investimentos financeiros em ações de companhias listadas, conforme regulamentação do Conselho Monetário Nacional definida pela Resolução No. 2.689/00 do Banco Central do Brasil (“**Investimento 2.689**”); e (vi) aquisição de títulos de dívida privada de longo prazo (utilizando os recursos em projetos de infraestrutura), os quais deverão ser emitidos de acordo com os Artigos 1 e 3 da Lei 12.431/11 (inclusive debêntures de infraestrutura etc.) O IOF/Câmbio de zero por cento é, em geral, condicionado às seguintes exigências: execução de um contrato de câmbio; (ii) a respectiva operação de câmbio deverá resultar na entrada de recursos no Brasil trazidos por um investidor estrangeiro; e (iii) os recursos deverão ser investidos conforme mencionado acima e registrados como Investimento 2.689. Com exceção das operações que já estão sujeitas ao IOF/Câmbio reduzido, os investimentos estrangeiros direcionados nos mercados financeiro e de capitais do Brasil estão geralmente sujeitos ao IOF/Câmbio à alíquota de seis por cento sobre a entrada de recursos no Brasil. Essa alíquota aplica-se, por exemplo, à aquisição de títulos do governo federal, bem como ao depósito das margens/garantias exigidas dos investidores pelas bolsas de valores ou de futuros.

Em 30 de novembro de 2011, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução No. 4.033 (“Resolução No. 4.033”), que estabeleceu novas normas para o investimento, por bancos brasileiros, das reservas em moeda estrangeira mantidas no exterior. Entre outras alterações, a Resolução No. 4.033 autorizou os bancos com capital regulatório acima de R\$5 bilhões a emprestarem recursos captados através de atividades externas para: (i) empresas brasileiras; (ii) suas respectivas filiais no exterior; e (iii) empresas estrangeiras, desde que a maioria do capital votante da empresa estrangeira seja detido por acionistas que, direta ou indiretamente, sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil. A Resolução No. 4.033 também autorizou os bancos a adquirirem, no mercado primário, títulos emitidos ou garantidos pelas empresas mencionadas acima.

Em 16 de dezembro de 2011, o conselho de administração do Itaú Unibanco Holding S.A. aprovou o pagamento aos acionistas de juros sobre o capital próprio no valor de aproximadamente R\$1.3 bilhão, a ser pago até 30 de abril de 2012.

Em 16 de dezembro de 2011, o Sr. Rodrigo Luís Rosa Couto foi eleito diretor para um mandato com término na data da posse dos membros a serem eleitos durante a reunião do conselho realizada após Assembleia Geral de Acionistas de 2012. Sua eleição foi aprovada pelo Banco Central, e ele assumiu o cargo em 10 de janeiro de 2012. O Sr. Rodrigo Luís Rosa Couto iniciou suas atividades na empresa em 2008, tendo atuado no departamento de gestão de risco corporativo. Anteriormente, o Sr. Rodrigo trabalhou como Associado na McKinsey & Company de setembro de 2005 a fevereiro de 2008, e também no Banco Central no período de 1998 a 2003. Ele é formado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e possui MBA em Finanças pela Wharton School da Universidade da Pensilvânia.

Jacob Frenkel, membro do comitê executivo da J.P. Morgan Securities LLC, também é membro do Conselho Consultivo Internacional do Itaú Unibanco Holding S.A.

CLASSIFICAÇÕES DOS TÍTULOS SUBORDINADOS

Os Títulos Subordinados da Tranche 1 foram inicialmente classificados como “Baa2, perspectiva positiva” pela Moody’s Investors Service e como “BBB” pela Fitch Rating Services. A classificação da Moody’s Investors Service foi posteriormente modificada para “Baa1-perspectiva positiva” em 20 de junho de 2011. Por esse motivo, os Títulos Subordinados da Tranche 2 deverão receber a classificação “Baa1 – perspectiva positiva” da Moody’s Investors Service, e “BBB” da Fitch Rating Services.

As classificações acima dos Títulos Subordinados não são uma recomendação de compra, venda ou manutenção dos Títulos Subordinados oferecidos neste instrumento. As classificações poderão estar sujeitas a revisão ou retirada, a qualquer momento, pela Moody’s Investors Service e pela Fitch Rating Services. As classificações dos Títulos Subordinados acima devem ser avaliadas independentemente de qualquer outra classificação de valores mobiliários.

DETERMINADAS CONSIDERAÇÕES FISCAIS NOS ESTADOS UNIDOS

Apresentamos a seguir uma discussão geral a respeito de determinadas considerações sobre imposto de renda federal nos Estados Unidos com relação à compra, titularidade e alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2 por Detentores Norte-Americanos (conforme definido abaixo), que adquiriram os Títulos Subordinados da Tranche 2 nessa oferta por seu Preço de Emissão (estabelecido na folha de rosto dessas Condições Finais) e detêm os Títulos Subordinados da Tranche 2 como ativos financeiros na acepção da cláusula 1221 do Código do Internal Revenue Service dos Estados Unidos, de 1986, e alterações posteriores (o “Código”). A discussão não aborda todas as considerações fiscais que poderão ser relevantes aos Detentores Norte-Americanos em vista de suas circunstâncias específicas ou aos Detentores Norte-Americanos sujeitos a normas especiais de acordo com as leis de imposto de renda federal dos Estados Unidos, como bancos, seguradoras, planos de aposentadoria, empresas de investimento

regulamentadas, trustes de investimentos imobiliários, sociedades corretoras de valores mobiliários, corretoras, entidades isentas de impostos, certos ex-cidadãos ou residentes dos Estados Unidos, Detentores Norte-Americanos que detêm Títulos Subordinados da Tranche 2 como parte de uma “operação casada”, “hedge”, “ conversão” ou outra operação integrada, Detentores Norte-Americanos que marcam seus valores mobiliários a mercado para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, Detentores Norte-Americanos cuja moeda funcional não é o dólar norte-americanos ou Detentores Norte-Americanos que detêm (ou considera-se que detenham) 10% ou mais (por poder de voto) das ações do Emissor. Além disso, esta discussão não aborda o efeito de leis fiscais estaduais, municipais ou estrangeiras ou quaisquer considerações sobre imposto federal nos Estados Unidos relativo a espólio, doação ou imposto mínimo alternativo.

Essa discussão tem como base o Código, os Regulamentos do Tesouro promulgados em seus termos, e pronunciamentos administrativos e judiciais, todos válidos na presente data e todos os quais estão sujeitos a alteração, possivelmente com efeito retroativo.

Para fins desta discussão, o termo “Detentor Norte-Americano” significa um proprietário beneficiário de um Título Subordinado da Tranche 2 que seja, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, (i) um cidadão ou residente dos Estados Unidos, (ii) uma empresa criada ou constituída de acordo com as leis dos Estados Unidos ou de qualquer estado desse país ou do Distrito de Colúmbia, (iii) um espólio cuja renda está sujeita a imposto de renda federal dos Estados Unidos, independentemente de sua fonte ou (iv) um truste a respeito do qual um tribunal nos Estados Unidos consegue exercer fiscalização primária sobre sua administração e uma ou mais pessoas norte-americanas têm autoridade para controlar todas as suas decisões substanciais, ou certos trustes optantes existentes em 19 de agosto de 1996 e tratados como trustes nacionais nessa data.

Caso uma entidade tratada como sociedade para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos invista em um Título Subordinado da Tranche 2, as considerações sobre imposto de renda federal dos Estados Unidos com relação a esse investimento dependerão, de maneira geral, em parte, da situação e das atividades realizadas por essa entidade e por seus sócios. Tal entidade deve consultar seus próprios consultores tributários com relação às considerações sobre imposto de renda federal dos Estados Unidos aplicáveis a ela e a seus sócios a respeito da aquisição, titularidade e alienação desse Título Subordinado da Tranche 2.

QUALQUER DISCUSSÃO DE QUESTÕES TRIBUTÁRIAS FEDERAIS DOS ESTADOS UNIDOS APRESENTADAS NESTAS CONDIÇÕES FINAIS NÃO VISOU A UTILIZAÇÃO OU FOI ESCRITA PARA SER UTILIZADA E NÃO PODE SER UTILIZADA POR NENHUM CONTRIBUINTE PARA FINS DE EVITAR MULTAS QUE PODERÃO SER IMPOSTAS AO CONTRIBUINTE DE ACORDO COM A LEI TRIBUTÁRIA FEDERAL. ESSA DISCUSSÃO FOI ESCRITA PARA CORROBORAR A PROMOÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES OU DOS ASSUNTOS ABORDADOS NESTE INSTRUMENTO. CADA CONTRIBUINTE DEVE BUSCAR ORIENTAÇÃO DE UM CONSULTOR TRIBUTÁRIO INDEPENDENTE, COM BASE NAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS DO CONTRIBUINTE.

POTENCIAIS INVESTIDORES SÃO ORIENTADOS A CONSULTAR SEUS PRÓPRIOS CONSULTORES TRIBUTÁRIOS QUANTO ÀS CONSIDERAÇÕES SOBRE IMPOSTO DE RENDA FEDERAL DOS ESTADOS UNIDOS E OUTRAS CONSIDERAÇÕES FISCAIS COM RELAÇÃO À AQUISIÇÃO, TITULARIDADE E ALIENAÇÃO DOS TÍTULOS

SUBORDINADOS DA TRANCHE 2, EM VISTA DE SUAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS, BEM COMO DO EFEITO DE QUAISQUER LEIS TRIBUTÁRIAS ESTADUAIS, MUNICIPAIS OU ESTRANGEIRAS.

Exceto quando especificamente descrito abaixo, esta discussão assume que o Emissor não é uma companhia de investimento estrangeiro passivo (uma “**PFIC**”) para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Consulte a discussão em “Considerações sobre Companhia de Investimento Estrangeiro Passivo” abaixo.

Caracterização dos Títulos Subordinados da Tranche 2

Determinar se um valor mobiliário deve ser classificado como dívida ou capital para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos depende dos termos do valor mobiliário. Como resultado (i) do nível de subordinação dos Títulos Subordinados da Tranche 2, (ii) do possível diferimento do pagamento, pelo Emissor, de juros e principal em certas circunstâncias e (iii) da ausência de um direito, dos Detentores, de antecipar o pagamento dos Títulos Subordinados da Tranche 2 após o não pagamento, pelo Emissor, dos juros sobre os Títulos Subordinados da Tranche 2, existe um risco substancial de que os Títulos Subordinados da Tranche 2 possam ser tratados como capital do Emissor para fins de impostos de renda federal dos Estados Unidos.

Tratamento dos Títulos Subordinados da Tranche 2 como Dívida do Emissor

Caso os Títulos Subordinados da Tranche 2 sejam tratados como dívida do Emissor para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, as considerações sobre imposto de renda federal dos Estados Unidos com relação à aquisição, titularidade e alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2 são, de maneira geral, descritas no Prospecto sob o título “Tributação – Imposto de Renda Federal dos Estados Unidos”.

Em certas circunstâncias, o Emissor diferirá pagamentos dos Títulos Subordinados da Tranche 2. Os Regulamentos do Tesouro dos Estados Unidos estabelecem regras especiais para instrumentos de dívida com pagamento contingente, que, se aplicáveis, podem fazer com que o momento, valor e natureza da receita, ganho ou perda de um Detentor Norte-Americano a respeito dos Títulos Subordinados da Tranche 2 sejam diferentes dos descritos no Prospecto. Para fins de determinar se um instrumento de dívida é um instrumento de dívida com pagamento contingente, são ignoradas contingências remotas ou emergentes. O Emissor pretende tratar a possibilidade de seu diferimento desses pagamentos como remota. Dessa forma, o Emissor não pretende tratar os Títulos Subordinados da Tranche 2 como instrumentos de dívida com pagamento contingente. O tratamento do Emissor será vinculante com relação a todos os Detentores Norte-Americanos, exceto um Detentor Norte-Americano que divulgar seu tratamento diferenciado em sua declaração de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Contudo, o tratamento do Emissor não é vinculante com relação ao *Internal Revenue Service* (“**IRS**”). Caso o IRS conteste o tratamento do Emissor, os Detentores Norte-Americanos podem ser obrigados a provisionar o rendimento dos Títulos Subordinados da Tranche 2 em valor superior aos juros declarados e tratar como lucro ordinário, em vez de ganho de capital, qualquer ganho reconhecido na alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2.

Uma parte do preço pago por um Título Subordinado da Tranche 2 será destinável aos juros que acumularam antes da data de o Título Subordinado da Tranche 2 ter sido emitido (os “juros acumulados antes da emissão”). O Emissor pretende assumir a posição de que, na primeira data de pagamento de juros, parte dos juros recebidos em um valor igual aos juros acumulados antes da emissão será tratada como rendimento de juros acumulados antes da emissão e não como pagamento dos juros sobre os Títulos Subordinados da Tranche 2. Os valores tratados como retorno dos juros acumulados antes da emissão não devem, de maneira geral, ser tributáveis quando recebidos, porém devem reduzir a base de cálculo ajustada de um Detentor Norte-Americano no Título Subordinado da Tranche 2 a um valor correspondente.

Tratamento dos Títulos Subordinados da Tranche 2 como Capital do Emissor

Caso os Títulos Subordinados da Tranche 2 sejam tratados como capital do Emissor para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, as considerações sobre imposto de renda federal nos Estados Unidos com relação à aquisição, titularidade e alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2 serão descritas abaixo.

Juros

Os pagamentos dos juros sobre os Títulos Subordinados da Tranche 2 serão tratados como distribuições pagas a respeito das ações do Emissor. Uma distribuição paga pelo Emissor com base nos ganhos e lucros correntes ou acumulados (conforme determinado para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos), antes da dedução de qualquer imposto brasileiro retido na fonte pago pelo Emissor a esse respeito, será incluída de maneira geral na receita bruta de um Detentor Norte-Americano como um dividendo na data em que esse Detentor Norte-Americano de fato receber ou receber de forma construtiva essa distribuição e não será elegível à dedução de dividendos recebidos permitida a empresas ou à alíquota reduzida aplicável a certos dividendos recebidos por detentores não corporativos. Uma distribuição a respeito de um Título Subordinado da Tranche 2 superior aos ganhos e lucros correntes ou acumulados será tratada como retorno de capital não tributável na medida da base do Detentor Norte-Americano nesse Título Subordinado da Tranche 2 e, daí por diante, como ganho da venda ou permuta desse Título Subordinado da Tranche 2. O Emissor não manteve e não planeja manter cálculos de ganhos e lucros para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Assim, um Detentor Norte-Americano pode precisar incluir todo o valor de qualquer referida distribuição, na receita, como um dividendo.

Venda, Permuta, Retirada de Circulação ou Outra Alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2

Após uma venda, permuta, retirada de circulação ou outra alienação de um Título Subordinado da Tranche 2, um Detentor Norte-Americano normalmente reconhecerá um ganho ou perda equivalente à diferença entre o valor realizado nessa venda, permuta, retirada de circulação ou outra alienação e a base de cálculo desse Detentor Norte-Americano nesse Título Subordinado da Tranche 2. Esse ganho ou perda normalmente será um ganho ou perda de capital de longo prazo caso esse Detentor Norte-Americano tenha detido esse Título Subordinado da Tranche 2 por mais de um ano no momento da alienação. Certos Detentores Norte-Americanos não pessoa

jurídica têm direito a um tratamento preferencial para ganhos líquidos de capital de longo prazo. A capacidade de um Detentor Norte-Americano compensar as perdas de capital com lucro ordinário é limitada.

Considerações sobre Crédito Fiscal Estrangeiro

Conforme discutido no Prospecto no item “Tributação – Brasil”, segundo a lei vigente, os pagamentos de juros e desconto de emissão original com relação aos Títulos Subordinados da Tranche 2 poderiam estar sujeitos a imposto retido na fonte no Brasil. As distribuições tratadas como dividendos, antes da dedução de quaisquer impostos retidos na fonte no Brasil e pago pelo Emissor a esse respeito, normalmente serão incluídas na receita bruta de um Detentor Norte-Americano. Assim, esse Detentor Norte-Americano será obrigado a declarar renda para essas finalidades em um valor maior que o valor real que esse Detentor Norte-Americano recebe em dinheiro. As distribuições tratadas como dividendos sobre um Título Subordinado da Tranche 2 normalmente constituirão renda de fontes fora dos Estados Unidos e normalmente serão categorizadas, para fins de crédito fiscal estrangeiro nos EUA, como “renda passiva” ou, no caso de alguns Detentores Norte-Americanos, como “renda geral”. Sujeito às limitações e exigências do período de indisponibilidade aplicáveis, um Detentor Norte-Americano poderá ser elegível a reivindicar um crédito fiscal estrangeiro nos EUA contra seu passivo de imposto de renda federal norte-americano para quaisquer desses impostos retidos na fonte no Brasil. Contudo, o IRS poderá adotar a visão de que o direito legal de um Detentor Norte-Americano receber o principal dos Títulos Subordinados da Tranche 2 em uma data estabelecida é suficiente para fazer com que os Títulos Subordinados da Tranche 2 não atendam à exigência de período de indisponibilidade, caso em que os Detentores Norte-Americanos poderão não ser elegíveis para reivindicar esse crédito para esses impostos, porém, em vez disso, poderão reivindicar uma dedução. Conforme discutido no Prospecto no item “Tributação – Brasil”, segundo a lei vigente, o ganho resultante de uma venda ou outra alienação de um Título Subordinado da Tranche 2 poderá estar sujeito a impostos de renda ou retidos na fonte no Brasil. A utilização de um crédito fiscal estrangeiro por um Detentor Norte-Americano com relação a quaisquer referidos impostos sobre a renda ou retidos na fonte no Brasil poderia ser limitada, já que esse ganho normalmente constituirá renda de fontes nos Estados Unidos. Um Detentor Norte-Americano que não reivindique um crédito fiscal estrangeiro nos EUA normalmente poderá, em vez disso, reivindicar uma dedução em quaisquer referidos impostos brasileiros, porém apenas em qualquer exercício fiscal em que esse Detentor Norte-Americano opte por fazê-lo com relação a todos os impostos de renda não norte-americanos. O ganho ou perda cambial estrangeiro normalmente constituirá renda de fontes nos Estados Unidos. As normas referentes a créditos fiscais estrangeiros são muito complexas, e cada Detentor Norte-Americano deve entrar em contato com seus próprios consultores tributários a respeito de sua aplicação.

Considerações a Respeito de Companhias de Investimento Estrangeiro Passivo

Normas especiais de imposto de renda federal dos Estados Unidos aplicam-se a pessoas norte-americanas que detêm ações de uma PFIC. Uma empresa estrangeira será, de maneira geral, classificada como PFIC para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos em qualquer exercício fiscal no qual, após aplicar as regras *look-through* relevantes a respeito do lucro e ativos de certas subsidiárias: no mínimo 75% de seu lucro bruto seja “lucro passivo” ou, em

média, no mínimo 50% do valor bruto de seus ativos sejam atribuídos a ativos que geram lucro passivo ou são mantidos para gerar lucro passivo.

Para esse fim, o lucro passivo inclui, de maneira geral, entre outras coisas, dividendos, juros, aluguéis, royalties, ganhos da alienação de ativos que geram lucro passivo e ganhos de operações de commodities.

A aplicação das normas de PFIC a bancos não é clara de acordo com a lei de imposto de renda federal dos Estados Unidos. Os bancos obtêm, de maneira geral, uma parte substancial de seu lucro de ativos remunerados ou que podem de outra forma ser havidos por gerar lucro passivo, de acordo com as normas de PFIC. O IRS emitiu uma notificação e propôs regulamentos que excluem do lucro passivo qualquer lucro gerado pela condução ativa de um negócio bancário por um banco estrangeiro de qualificação (a **“Exceção a Bancos com Negócios Ativos”**). A notificação e os regulamentos propostos pelo IRS possuem exigências diferentes para qualificação como banco estrangeiro e para determinação do lucro bancário que poderá ser excluído do lucro passivo de acordo com a Exceção a Bancos com Negócios Ativos. Ademais, os regulamentos propostos têm sido discutidos desde 1994 e não entraram em vigor a menos que sejam concluídos.

Com base nas estimativas de lucro bruto e ativos brutos atuais e projetados do Emissor, o Emissor não acredita que será classificado como PFIC em seus exercícios fiscais atuais ou futuros. A determinação de se o Emissor é uma PFIC, contudo, é feita anualmente e tem como base a composição do lucro e dos ativos do Emissor (incluindo a receita e os ativos de entidades na quais o Emissor detém uma participação de no mínimo 25%) e a natureza das atividades do Emissor (inclusive sua capacidade de qualificar-se à Exceção a Bancos com Negócios Ativos).

Como regulamentos definitivos não foram emitidos e como a notificação e os regulamentos propostos são incoerentes, o status do Emissor de acordo com as normas de PFIC está sujeito a incerteza considerável. Apesar de o Emissor conduzir, e pretender continuar conduzindo, um negócio bancário significativo, não há garantia de que o Emissor atenderá às exigências específicas da Exceção a Bancos com Negócios Ativos, de acordo com a notificação ou dos regulamentos propostos pelo IRS. Dessa forma, os Detentores Norte-Americanos podem estar sujeitos a imposto de renda federal dos Estados Unidos de acordo com as normas descritas abaixo.

Caso o Emissor seja tratado como PFIC em qualquer exercício fiscal, qualquer ganho realizado sobre uma venda ou outra alienação tributável dos Títulos Subordinados da Tranche 2 e certas “distribuições excedentes” (em geral, distribuições superiores a 125% da distribuição média durante o período de três anos anterior, ou, se menos, no período de detenção dos Títulos Subordinados da Tranche 2) serão tratados como lucro ordinário e estarão sujeitos a impostos como se (i) a distribuição ou ganho excedente tivesse sido realizada proporcionalmente no período de detenção pelo Detentor Norte-Americano dos Títulos Subordinados da Tranche 2, (ii) o valor considerado realizado em cada exercício estivesse sujeito a impostos em cada referido exercício à maior alíquota marginal nesse exercício (exceto lucro alocado ao período atual ou qualquer período fiscal antes de o Emissor se tornar uma PFIC, que estaria sujeito a impostos à alíquota regular do lucro ordinário do Detentor Norte-Americano no exercício corrente e não

estaria sujeita à cobrança de juros discutida a seguir) e (iii) a cobrança de juros aplicável em geral a pagamentos a menor de impostos tivesse sido feita sobre os impostos considerados devidos nesses exercícios.

O Emissor não espera fornecer informações que permitiriam que os Detentores Norte-Americanos evitassem as consequências acima realizando a opção por um “fundo de eleição qualificado”.

Caso o Emissor seja tratado como PFIC e, a qualquer momento, invista em empresas estrangeiras classificadas como PFICs (cada uma delas, uma “**PFIC Subsidiária**”), os Detentores Norte-Americanos serão, de maneira geral, considerados detentores e também estariam sujeitos às normas de PFIC relacionadas a sua participação acionária indireta em qualquer referida PFIC Subsidiária. Caso o Emissor seja tratado como PFIC, um Detentor Norte-Americano poderá incorrer em responsabilidade pelo imposto diferido e pela taxa de juros descritos acima caso (i) o Emissor receba uma distribuição ou aliene toda ou parte de sua participação em qualquer referida PFIC Subsidiária ou (ii) o referido Detentor Norte-Americano aliene todos ou parte dos Títulos Subordinados da Tranche 2.

Um detentor norte-americano de ações em uma PFIC (porém, provavelmente, não uma PFIC Subsidiária, conforme discutido a seguir) poderá fazer uma opção por “marcação a mercado”; ressalvado que as ações da PFIC sejam “ações negociáveis”, conforme definido nos termos dos regulamentos do Tesouro aplicáveis (ou seja, “regularmente negociadas” em uma “bolsa de valores qualificada ou outro mercado”). Nos termos dos regulamentos do Tesouro aplicáveis, uma “bolsa de valores qualificada ou outro mercado” inclui uma bolsa de valores mobiliários regulamentada ou supervisionada por uma autoridade governamental do país em que o mercado está localizado e cumpre certas exigências de negociação, listagem, divulgação financeira e outras exigências estabelecidas nos regulamentos do Tesouro aplicáveis. As ações da PFIC negociadas em uma bolsa de valores qualificada ou em outro mercado são regularmente negociadas nessa bolsa de valores ou em outro mercado em qualquer ano civil durante o qual essas ações sejam negociadas, em quantidades acima do mínimo estabelecido, em pelo menos 15 dias durante cada ano civil. O Emissor não pode garantir aos Detentores Norte-Americanos que os Títulos Subordinados da Tranche 2 serão tratados como “ações negociáveis” em qualquer exercício fiscal.

As consequências fiscais possivelmente aplicáveis se o Emissor fosse uma PFIC seriam diversas daquelas descritas acima para um Detentor Norte-Americano que validamente escolhesse a marcação a mercado desde o início de seu período de detenção. Caso essa escolha fosse feita, o Detentor Norte-Americano que fez a opção normalmente (i) incluiria no lucro bruto, totalmente como lucro ordinário, um valor equivalente ao excedente, se houver, do justo valor de mercado dos Títulos Subordinados da Tranche 2 no encerramento de cada exercício fiscal e a base de cálculo ajustada desse Detentor Norte-Americano nesses Títulos Subordinados da Tranche 2 e (ii) deduziria, como prejuízo ordinário, o excedente, se houver, da base de cálculo ajustada desse Detentor Norte-Americano nesses Títulos Subordinados da Tranche 2 sobre o justo valor de mercado desses Títulos Subordinados da Tranche 2 no fim do exercício fiscal, porém apenas na medida do valor líquido previamente incluído no lucro bruto como resultado da opção por marcação a mercado. Quaisquer ganhos oriundos da venda, permuta, retirada de circulação ou

outra alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2 em um determinado exercício no qual o Emissor fosse uma PFIC seriam tratados como lucro ordinário, sendo que qualquer prejuízo originado de tal venda, permuta, retirada de circulação ou outra alienação seria tratada inicialmente como prejuízo ordinário (na medida dos ganhos líquidos de marcação a mercado incluídos anteriormente no lucro) e, posteriormente, como prejuízo de capital. A base de cálculo ajustada de um Detentor Norte-Americano nos Títulos Subordinados da Tranche 2 aumentaria ou diminuiria no valor do ganho ou perda considerado no regime de marcação a mercado. Contudo, mesmo se um Detentor Norte-Americano for elegível à opção por marcação a mercado com relação aos Títulos Subordinados da Tranche 2, não está claro se ou como essa opção seria aplicável com relação às ações de qualquer PFIC Subsidiária consideradas detidas por esse Detentor Norte-Americano, pois essa PFIC Subsidiária poderia não ser negociável. A opção por marcação a mercado é feita com relação às ações negociáveis em uma PFIC de acionista para acionista e, uma vez feita, poderá ser revogada apenas com o consentimento do IRS. Seriam aplicáveis normas especiais, se a opção por marcação a mercado não for feita no primeiro exercício fiscal em que um Detentor Norte-Americano detiver qualquer participação no Emissor enquanto ele for uma PFIC.

Um Detentor Norte-Americano com Títulos Subordinados da Tranche 2 em qualquer exercício fiscal em que o Emissor for considerado uma PFIC normalmente seria obrigado a entregar uma declaração com informações a respeito ao Emissor e qualquer PFIC Subsidiária em que o Detentor Norte-Americano possua participação direta ou indireta. Os Detentores Norte-Americanos devem entrar em contato com seus próprios consultores tributários a respeito da aplicação das normas de PFIC aos Títulos Subordinados da Tranche 2 e da disponibilidade e oportunidade de fazer uma opção por marcação a mercado caso o Emissor seja considerado uma PFIC em qualquer exercício fiscal.

Substituição do Emissor

Caso o Emissor substitua por si mesmo um Devedor Substituído, essa substituição poderia ser considerada, para fins de imposto de renda federal dos Estados Unidos, uma permuta tributável entre (i) os Títulos Subordinados da Tranche 2 válidos antes dessa substituição e (ii) os Títulos Subordinados da Tranche 2 válidos após essa substituição. Consulte o item “Venda, Permuta, Retirada de Circulação ou Outra Alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2” acima. Os Detentores Norte-Americanos devem entrar em contato com seus próprios consultores tributários a respeito das implicações em termos de imposto de renda federal nos Estados Unidos a respeito desse evento.

Retenção para garantia de imposto e Divulgação de Informações

As exigências de retenção para garantia de imposto e divulgação de informações normalmente são aplicáveis a determinados Detentores Norte-Americanos com respeito aos pagamentos de juros e principal e aos recursos da venda, permuta, retirada de circulação ou outra alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2. Um Detentor Norte-Americano não isento de outra forma da retenção para garantia de imposto normalmente pode evitá-la mediante apresentação de um Formulário W-9 do IRS devidamente assinado. Quaisquer valores retidos nos termos das normas de retenção para garantia de imposto serão permitidos como reembolso ou crédito contra o

passivo de imposto de renda federal nos Estados Unidos do Detentor Norte-Americano contanto que as informações exigidas sejam fornecidas tempestivamente ao IRS.

Exigências de Divulgação para Ativos Financeiros Estrangeiros Especificados

Os Detentores dos Estados Unidos pessoas físicas (e certas pessoas jurídicas dos Estados Unidos especificadas nas orientações do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos) os quais, durante qualquer exercício tributável, detenham qualquer participação em qualquer “ativo financeiro estrangeiro especificado”, em geral, serão obrigados a apresentar com suas declarações de imposto de renda dos Estados Unidos certas informações relacionadas ao Formulário 8938 do IRS se o valor agregado de tais ativos for superior a uma determinada quantia. O “ativo financeiro estrangeiro especificado” inclui qualquer conta financeira mantida em instituição financeira fora dos Estados Unidos e também poderá incluir os Títulos Subordinados da Tranche 2 se eles não forem mantidos em uma conta em uma instituição financeira. Poderão ser impostas multas substanciais e o período de prescrição para incidência e cobrança de imposto de renda dos Estados Unidos poderá ser estendido por descumprimento. Os Detentores dos Estados Unidos deverão consultar seus próprios advogados tributaristas para saber se eles estão sujeitos a essa exigência.

Exigências de Divulgação para Certos Detentores dos Estados Unidos Reconhecendo Perdas Significativas

Um Detentor dos Estados Unidos que reivindique perdas significativas com respeito a um Título Subordinado da Tranche 2 para fins de imposto de renda dos Estados Unidos (em geral (i) US\$10 milhões ou mais em um exercício tributável ou US\$20 milhões ou mais em qualquer combinação de exercícios tributáveis para sociedades ou sociedades em comandita cujos sócios sejam todos sociedades, (ii) US\$2 milhões ou mais em um exercício tributável ou US\$4 milhões ou mais em qualquer combinação de exercícios tributáveis para todos os outros contribuintes, ou (iii) US\$50.000 ou mais em um exercício tributável para pessoas físicas ou trustes com respeito a uma operação de câmbio) poderá estar sujeito a certas exigências de divulgação de “operações notificáveis.” Os Detentores dos Estados Unidos deverão consultar seus próprios advogados tributaristas a respeito de qualquer obrigação de divulgação possível com respeito aos Títulos Subordinados da Tranche 2.

ALGUMAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS NOS TERMOS DO *U.S. FOREIGN ACCOUNT TAX COMPLIANCE ACT* (“FATCA”)

As disposições incorporadas à legislação denominadas FATCA foram aprovadas nos Estados Unidos em 18 de março de 2010. Nos termos das disposições do FATCA, é possível que o Emissor (ou, caso os Títulos Subordinados sejam detidos por meio de outra instituição financeira, essa outra instituição financeira) seja obrigado (de acordo com um contrato a ser celebrado com o IRS ou nos termos das leis aplicáveis) a (i) solicitar algumas informações de detentores ou proprietários beneficiários de Títulos Subordinados, que poderão ser fornecidas ao IRS, e (ii) reter impostos federais dos Estados Unidos sobre parte dos pagamentos efetuados após 31 de dezembro de 2016 a respeito dos Títulos Subordinados se (x) essas informações não forem fornecidas ou (y) esses pagamentos forem efetuados a uma instituição financeira estrangeira que não tenha celebrado um contrato semelhante com o IRS (e que de outra forma não seja obrigada a cumprir o regime do FATCA nos termos das leis aplicáveis). Caso o Emissor ou

qualquer outra pessoa seja obrigado a reter valores de quaisquer pagamentos efetuados a respeito dos Títulos Subordinados nos termos ou com relação ao FATCA, os detentores e proprietários beneficiários dos Títulos Subordinados não terão direito de receber nenhum valor reajustado ou outro valor adicional para compensá-los por essa retenção.

A presente descrição baseia-se nas orientações preliminares emitidas pelo IRS. Outras orientações serão emitidas em futuro próximo e poderão modificar significativamente esta descrição.

TRIBUTAÇÃO NAS ILHAS CAYMAN

Encontra-se abaixo uma discussão sobre determinadas considerações sobre de imposto de renda nas Ilhas Cayman de um investimento nos Títulos Subordinados da Tranche 2. A discussão é um resumo geral da legislação em vigor, a qual está sujeita à mudança prospectiva e retroativa. Ela não pretende ser uma orientação fiscal, não considera as circunstâncias particulares de nenhum investidor, e não considera implicações fiscais que não sejam aquelas decorrentes da lei das Ilhas Cayman.

De acordo com as Leis das Ilhas Cayman em vigor:

Os pagamentos de juros e principal sobre os Títulos Subordinados da Tranche 2 não estarão sujeitos à tributação nas Ilhas Cayman e nenhuma retenção será exigida no pagamento de juros e principal, ou dividendos e capital, a qualquer detentor dos Títulos Subordinados da Tranche 2, nem os ganhos auferidos na alienação dos Títulos Subordinados da Tranche 2 estarão sujeitos a imposto de renda pessoa física ou jurídica. Atualmente, não existe nas Ilhas Cayman imposto de renda pessoa física, pessoa jurídica ou sobre ganho de capital e nem imposto sobre espólio, herança ou doação.

Nenhum imposto de selo é devido com respeito à emissão dos Títulos Subordinados da Tranche 2. Um instrumento de transferência com respeito aos Títulos Subordinados da Tranche 2 estará selado se assinado ou enviado às Ilhas Cayman.

LEI APLICÁVEL E FORO

A Escritura de Truste, os Títulos Subordinados, as Condições Finais (inclusive o sumário das Condições Finais estabelecido na cláusula 5 do Núcleo de Subordinação) e quaisquer obrigações não contratuais decorrentes de ou com relação a eles são regidos por, e interpretados de acordo com a lei inglesa, **ressalvado que** as disposições contidas no Núcleo de Subordinação estabelecido no Anexo A a este instrumento, impostas ao Emissor para que os Títulos Subordinados se qualifiquem como Capital Tier 2 segundo a Resolução 3.444, serão regidas e interpretadas de acordo com as leis do Brasil.

Os tribunais da Inglaterra terão competência para dirimir quaisquer controvérsias que possam surgir de ou com relação aos Títulos Subordinados ou à Escritura de Truste (inclusive as obrigações não contratuais decorrentes de ou com relação aos Títulos Subordinados ou à Escritura de Truste) e segundo qualquer ação ou processo judicial decorrente ou com relação aos Títulos Subordinados ou à Escritura de Truste que possa ser instaurada em quaisquer tribunais.

De acordo com a Escritura de Truste, o Emissor submete-se irrevogavelmente à competência exclusiva dos tribunais ingleses.

Assinado em nome do Emissor:

Por _____
Signatário devidamente autorizado

Por _____
Signatário devidamente autorizado

(Página de Assinatura das Condições Finais)

ANEXO A
Núcleo de Subordinação

(“Núcleo de subordinação”)

Este Núcleo de Subordinação (“*núcleo de subordinação*”) foi preparado para fins do artigo 7 da Resolução Nº 3.444, publicada pelo Conselho Monetário Nacional (“**CMN**”) em 28 de fevereiro de 2007, conforme aditada (“**Resolução Nº 3.444**”).

1. Cláusulas demonstrando conformidade com todas as exigências do artigo 9 da Resolução Nº 3.444:

- (i) De acordo com o artigo 9, I, II e III da Resolução Nº 3.444, os Títulos Subordinados serão emitidos na forma nominativa, totalmente integralizados em dinheiro e não poderão ter data de vencimento, ser resgatados ou amortizados antes de cinco anos da data de emissão, como estabelecido abaixo:

Forma, Subscrição em Dinheiro e Vencimento

- i. *Forma: Os Títulos Subordinados serão emitidos na forma nominativa.*
 - ii. *Subscrição e pagamento em dinheiro: Os Títulos Subordinados poderão ser emitidos em uma ou mais Séries ou Tranches, cuja contraprestação será paga ao Emissor em dinheiro na data da respectiva emissão.*
 - iii. *Vencimento: Os Títulos Subordinados não terão, sem aprovação prévia do Banco Central, uma data de vencimento, não serão resgatados ou amortizados antes de 5 (cinco) anos a partir da data de emissão.*
- (ii) De acordo com o artigo 9, IV, da Resolução nº 3.444, o pagamento de quaisquer valores devidos e exigíveis segundo os Títulos Subordinados serão subordinados a outras obrigações do Emissor, no caso de dissolução, falência ou liquidação do Emissor, como estabelecido abaixo:

Situação; Disposições de Subordinação

- i. *Situação: Os Títulos Subordinados constituem obrigações quirográficas e subordinadas do Emissor.*
- ii. *Subordinação: Os Títulos Subordinados são subordinados em direito de pagamento a todas as Obrigações Sênior do Emissor de acordo com este Núcleo de Subordinação.*

Sujeito à lei aplicável (A) os direitos e reivindicações dos Detentores dos Títulos estão e estarão subordinados e nesse sentido sujeitos, quanto ao direito de pagamento, ao pagamento prévio integral de todo o principal, prêmio, se houver, juros e quaisquer outros valores devidos ou vincendos no tocante a todas as Obrigações Sênior mediante dissolução, falência, liquidação, moratória de pagamentos, insolvência ou processos

semelhantes do Emissor (cada qual um “Evento de Falência”), e (B)(i) os Títulos Subordinados se classificarão pari passu entre si sem nenhuma prioridade entre eles, (ii) os direitos e reivindicações dos Detentores dos Títulos segundo os Títulos Subordinados se classificarão pari passu com os direitos e reivindicações dos detentores dos Passivos de Paridade e (iii) na medida permitida pela lei aplicável, os Títulos Subordinados terão prioridade sobre os Passivos de Segundo Grau do Emissor; ressalvado que a fusão do Emissor com, a incorporação do Emissor a qualquer outra sociedade ou a liquidação ou dissolução do Emissor após a transmissão ou transferência (inclusive com relação a uma cisão) de seus bens, ativos e passivos substancialmente como um todo a outra sociedade não será considerado Evento de Falência para os fins desta cláusula se o Banco Central tiver aprovado essa incorporação, fusão, transferência ou transmissão. Subsequentemente, o Emissor será automaticamente liberado e desobrigado de todas as obrigações e acordos segundo a Escritura de Truste e os Títulos Subordinados, e os Títulos Subordinados continuarão em circulação e serão tratados como dívida subordinada dessa Sociedade Sucessora de acordo com os termos da Resolução 3.444.

- (iii) De acordo com o artigo 9, V, da Resolução nº 3.444, o pagamento de principal, juros ou qualquer valor devido e exigível segundo os Títulos Subordinados será postergado caso o Emissor não esteja em conformidade com as exigências de capital ajustadas pelo risco ou seus limites operacionais determinados pelo Banco Central ou se, em decorrência de tal pagamento, o Emissor fosse deixar de satisfazer as exigências de capital ajustadas pelo risco, como estabelecido abaixo:

Diferimento de Juros e Principal

- i. *Qualquer pagamento (de principal, juros ou qualquer outro valor) sobre os Títulos Subordinados em qualquer Data de Pagamento de Juros, Data de Vencimento ou qualquer outra data, conforme aplicável, não será devido naquele momento e o Emissor diferirá esse pagamento de juros ou principal ou qualquer outro montante referente aos mesmos integralmente se o Emissor determinar que ele não está em conformidade, ou se em decorrência de tal pagamento, o Emissor não estivesse em conformidade, com as exigências de adequação de capital ou limites operacionais então aplicáveis, conforme estabelecido na Resolução 3.444 ou Resolução 2.099, ou se seus índices financeiros ficarem abaixo dos níveis mínimos exigidos por regulamentos aplicáveis ao Emissor então existentes na data deste Núcleo de Subordinação, conforme especificado nas Condições Finais ou subsequentemente promulgados ou decretados pelas autoridades monetárias ou bancárias brasileiras ou qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira (as “Exigências de Capital Ajustadas pelo Risco”).*
- ii. *Mediante a ocorrência do subparágrafo (i) acima, o Emissor diferirá os pagamentos de juros ou principal ou qualquer outro montante integral até a data de no máximo o número de dias especificados nas Condições Finais após a data em que ele não esteja mais em violação das Exigências de Capital Ajustadas pelo Risco e o pagamento desses juros ou do montante de principal ou outro montante, ou qualquer parte dos mesmos, não mais faria com que o Emissor violasse as Exigências de Capital Ajustadas pelo Risco.*

- iii. *O diferimento de qualquer pagamento de acordo com esta condição não constituirá um Caso de Inadimplemento segundo os Títulos Subordinados.*
 - iv. *Os montantes de juros diferidos serão determinados em cada Data de Pagamento de Juros somente para fins de cálculo dos juros acumulados subsequentemente sobre os montantes em mora. Sobre tais montantes em mora incidirão juros à Taxa de Juros dos referidos Títulos Subordinados mais a Taxa de Mora, conforme especificado nas Condições Finais. O Emissor envidará esforços razoáveis para entregar notificação prévia de não mais do que o número máximo de Dias Úteis Relevantes especificados nas Condições Finais aos Detentores dos Títulos a respeito de qualquer pagamento de juros ou principal que será diferido e de qualquer data na qual qualquer montante em mora ou quaisquer juros adicionais sobre tal montante serão pagos. Se os montantes em mora forem a qualquer momento pagos apenas parcialmente:*
 - A. *todos os montantes em mora serão exigíveis antes dos juros adicionais sobre esses montantes;*
 - B. *todos os montantes em mora serão exigíveis na ordem do Período de Juros no qual eles incidiram, e o pagamento dos juros adicionais sobre esse montantes, seguirá a mesma ordem; e*
 - C. *todos os montantes em mora ou juros adicionais sobre esses montantes, conforme possa ser o caso, referentes a qualquer Período de Juros serão pagos proporcionalmente aos Detentores dos Títulos.*
- (iv) Nos termos do artigo 9, VI, da Resolução 3.444, a recompra ou o resgate antecipado dos Títulos Subordinados, mesmo se indiretamente, por meio de uma pessoa jurídica relacionada ao Emissor que faça parte do mesmo conglomerado financeiro ou consolidado econômico/financeiro, está sujeita a autorização prévia do Banco Central, conforme estabelecido a seguir:
- i. *Recompras: Sujeito à aprovação prévia do Banco Central (de acordo com o artigo 9, VI e parágrafo 3, da Resolução 3.444) ou qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira, se necessário, o Emissor ou qualquer Afiliada poderá, a qualquer momento, recomprar Títulos Subordinados em um mercado aberto ou de outra forma ou modo e por qualquer preço, contanto que o Emissor atenda às Exigências de Capital Ajustadas pelo Risco e que essa recompra não faça com que o Emissor deixe de atender às Exigências de Capital Ajustadas pelo Risco. Os Títulos Subordinados assim recomprados, enquanto forem mantidos pelo Emissor ou em seu nome, ou em nome de qualquer uma das suas Afiliadas, não atribuirá ao Detentor dos Títulos o direito de votar em qualquer assembleia de Detentores dos Títulos e serão considerados em aberto para fins de cálculo de quórum nas assembleias de Detentores dos Títulos.*
 - ii. *Resgate Opcional por Questões de Tributação: Sujeito à aprovação prévia do Banco Central ou de qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira*

aplicável para esse resgate (se a aprovação for então necessária), o Emissor poderá resgatar ou obter a recompra de quaisquer Séries dos Títulos Subordinados, a seu critério, como um todo, mas não em parte, a qualquer momento, mediante aviso prévio de no mínimo 30 dias e no máximo 45 aos Detentores dos Títulos (notificação essa que será irrevogável), pelo seu Valor de Resgate Antecipado ou, se não especificado, pelo valor nominal especificado nas Condições Finais (em cada caso, juntamente com juros acumulados até, mas excluindo-se a data estabelecida para o resgate) se (i) houver mais de um risco imaterial de que o Emissor tenha que ou venha ser obrigado a pagar valores adicionais (valores adicionais esses a serem determinados de acordo com o item 8 dos Termos e Condições) superiores aos valores adicionais que poderiam ser pagos em virtude de deduções ou retenções feitas à taxa do Nível de Retenção Original, se houver, conforme especificado nas Condições Finais, como resultado de qualquer alteração, ou aditamento, às leis ou regulamentos do Brasil ou das Ilhas Cayman, ou de qualquer subdivisão política ou autoridade no Brasil ou nas Ilhas Cayman com poderes de tributação, ou de qualquer alteração na aplicação ou na interpretação oficial dessas leis ou regulamentos (inclusive uma decisão de um tribunal competente), e tal alteração ou aditamento seja adotada ou entre em vigor na Data de Emissão das respectivas Séries, ou posteriormente, e (ii) essa obrigação não possa ser evitada pelo Emissor, tomando as medidas legais disponíveis para ele, ressalvado que essa notificação de resgate ou de compra em lugar do resgate seja entregue com antecedência superior a 90 dias (ou qualquer outro período especificado nas Condições Finais) em relação à primeira data em que o Emissor seria obrigado a pagar esses valores adicionais referentes ao pagamento relacionado aos Títulos Subordinados então vincendos. Antes da publicação de qualquer notificação de resgate ou de compra no lugar do resgate nos termos desta cláusula 1(iv)(ii) deste Núcleo de Subordinação, o Emissor entregará ao Trustee um certificado assinado por dois diretores ou procuradores autorizados do Emissor, declarando que a obrigação mencionada no item (i) não pode ser evitada pelo Emissor tomando as medidas legais disponíveis para ele e o Trustee aceitará esse certificado como comprovação suficiente do atendimento da condição suspensiva estabelecida no item (ii) acima, que será conclusivo e obrigará os Detentores dos Títulos.

- iii. *Resgate Opcional devido a um Evento Regulatório: Sujeito à aprovação prévia do Banco Central ou de Outra Autoridade Governamental Brasileira aplicável para esse resgate (se essa aprovação for então necessária), o Emissor poderá resgatar ou obter a compra de qualquer Série de Títulos Subordinados, no todo, mas não em parte, a qualquer momento, mediante aviso prévio de no mínimo 30 dias e no máximo 60 dias aos Detentores dos Títulos (notificação essa que será irrevogável), pelo seu Valor de Resgate Antecipado (juntamente com juros acumulados até, mas excluindo-se a data estabelecida para o resgate) se o Emissor confirmar ao Trustee imediatamente antes de fazer essa notificação que houve um Evento Regulatório, ressalvado, entretanto, que nenhuma notificação de resgate ou de compra em lugar do resgate será entregue com antecedência superior a 90 dias (ou qualquer outro período especificado nas Condições Finais) em relação à primeira data em que o Evento Regulatório ocorra de fato ou seja previsto. Antes da publicação de*

qualquer notificação de resgate ou compra em lugar do resgate nos termos desta cláusula 1(iv)(iii) deste Núcleo de Subordinação, o Emissor entregará ao Trustee um certificado assinado por dois diretores ou procuradores autorizados do Emissor, declarando que o Emissor tem direito a efetuar o resgate ou efetuar tal compra em lugar do resgate nos termos desta cláusula 1(v)(iii) deste Núcleo de Subordinação, e apresentando, com detalhes razoáveis, um relato dos fatos que deram origem àquele direito de resgate. Simultaneamente, o Emissor entregará ao Trustee um Parecer do Advogado declarando, entre outros aspectos, a ocorrência de um Evento Regulatório e que todas as aprovações necessárias para o Emissor efetuar esse resgate ou compra em lugar do resgate foram obtidas e estão em pleno vigor e efeito, ou especificando as aprovações necessárias ainda não obtidas na data daquele parecer.

iv. *Resgate dos Títulos Subordinados a Critério do Emissor (Opção de Compra): Não aplicável.*

- (v) Nos termos do artigo 9, VII, da Resolução 3.444, os Títulos Subordinados não serão resgatados a critério dos Detentores dos Títulos, conforme estabelecido a seguir:

Inexistência de Resgate a Critério dos Detentores dos Títulos: Os Títulos Subordinados não podem ser resgatados a critério dos Detentores dos Títulos.

- (vi) Nos termos do artigo 9, VIII e IX, da Resolução 3.444, os Títulos Subordinados serão obrigações não garantidas do Emissor e não estarão sujeitos a cobertura de seguros, conforme estabelecido a seguir:

Inexistência de Garantia ou Seguro: Os Títulos Subordinados são obrigações não garantidas e subordinadas do Emissor e não são beneficiados por qualquer garantia ou seguro emitido nos termos de qualquer apólice de seguros ou estrutura similar que comprometa a subordinação dos Títulos Subordinados e/ou exija ou permita pagamentos ou transferências dos fundos para os Detentores dos Títulos, direta ou indiretamente, pelo Emissor ou qualquer Afiliada.

- (vii) Nos termos do parágrafo um do artigo 9 da Resolução 3.444, a Escritura de Truste e os Títulos Subordinados serão regidos e interpretados de acordo com uma legislação e jurisdição específica:

Legislação Aplicável: A Escritura de Truste, os Títulos Subordinados e quaisquer obrigações não contratuais provenientes deles ou relacionadas a eles (inclusive o sumário das Condições Finais estabelecidas no item 5 deste Núcleo de Subordinação) são regidos e serão interpretados de acordo com as leis inglesas, ressalvado que as disposições contidas neste Núcleo de Subordinação, impostas ao Emissor para que a Títulos Subordinados da Tranche 2 se qualifiquem como Capital Tier 2 nos termos da Resolução 3.444, serão regidas e interpretadas de acordo com as leis do Brasil.

Jurisdição: Os tribunais da Inglaterra possuem competência para solucionar quaisquer controvérsias que possam surgir ou estar relacionados aos Títulos Subordinados ou à Escritura de Truste (inclusive controvérsia referente a quaisquer obrigações não

contratuais relacionadas ou vinculadas aos Títulos Subordinados ou à Escritura de Truste) e, conseqüentemente, qualquer ação ou processo judicial proveniente ou relacionado aos Títulos Subordinados ou à Escritura de Truste (“Processos”) que possa ser instaurado naqueles tribunais. O Emissor, pela Escritura de Truste, se submete em caráter irrevogável à competência dos tribunais da Inglaterra.

- 2. Cláusula estabelecendo que, nos termos do artigo 7, II, da Resolução 3.444, qualquer disposição, quer na própria Escritura de Truste, nos Títulos Subordinados ou em qualquer outro documento complementar, na medida em que prejudique o cumprimento ou conflite com as exigências estabelecidas no artigo 9 da Resolução 3,444, é nula e inválida, conforme estabelecido a seguir:**

Conflitos: Em caso de conflito entre as disposições deste Núcleo de Subordinação e qualquer outra disposição prevista em qualquer Documento da Operação com relação aos Títulos Subordinados da Tranche 2, a disposição incluída deste Núcleo de Subordinação prevalecerá, em conformidade com o artigo 7, II, da Resolução 3.444 e qualquer disposição conflitante será nula e inválida.

- 3. Cláusula de cada documento complementar, dispondo, nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3.444, a subordinação daquele documento a este Núcleo de Subordinação:**

- (i) Cláusula da Escritura de Truste, estipulando, nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3.444, a subordinação daquele documento a este Núcleo de Subordinação:

Nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3.444, qualquer disposição incluída nesta Escritura de Truste que conflite com o Núcleo de Subordinação em relação a qualquer Série de Títulos Subordinados será nula e inválida.

- (ii) Cláusula dos Títulos Subordinados estabelecendo, nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3,444, a subordinação de tal documento ao Núcleo de Subordinação:

Nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3.444, qualquer disposição deste Título Subordinado que conflite com o Núcleo de Subordinação em relação a qualquer Série de Títulos Subordinados será nula e inválida.

- (iii) Cláusula do Contrato de Representação, estabelecendo, nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3,444, a subordinação de cada documento a este Núcleo de Subordinação:

Nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3,444, qualquer disposição deste Contrato de Representação que conflite com o Núcleo de Subordinação em relação a qualquer Série de Títulos Subordinados será nula e inválida.

- (iv) Cláusula do Contrato de Distribuição, estabelecendo, nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3,444, a subordinação daquele documento a este Núcleo de Subordinação:

Nos termos do artigo 7, parágrafo 1 da Resolução 3,444, qualquer disposição deste Contrato de Distribuição que conflite com o Núcleo de Subordinação com relação a quaisquer Séries de Títulos Subordinados será nula e inválida.

4. **Cláusula estabelecendo, nos termos do artigo 7, III e parágrafo dois, da Resolução 3.444, que qualquer aditamento, mudança ou revogação que afete as disposições deste Núcleo de Subordinação estará sujeito à autorização prévia do Banco Central, conforme estabelecido a seguir:**

Qualquer aditamento, alteração ou revogação de qualquer disposição incluída neste Núcleo de Subordinação está sujeito à anuência prévia do Banco Central, se exigida nos termos da regulamentação aplicável então em vigor..

5. **Sumário da operação, nos termos do artigo 7, IV, da Resolução 3.444:**

Taxa fixa

Esta Tranche de Títulos Subordinados, designados “Títulos Subordinados de 6.20% com vencimento em 2021”, foi emitida no valor de principal total de US\$550.000.000 (“Títulos Subordinados da Tranche 2”). Os Títulos Subordinados da Tranche 2 serão fungíveis, consolidados e formarão uma única Série, e votarão como uma única série com os Títulos Subordinados de 6.20% no valor de US\$500.000.000, com vencimento em 2021 do Emissor (o “Títulos Subordinados da Tranche 1”). Observadas as disposições deste Núcleo de Subordinação, os Títulos Subordinados vencerão em 21 de dezembro de 2021. Juros incidirão sobre os Títulos Subordinados da Tranche 2 a partir de 21 de dezembro de 2011, inclusive, à Taxa de Juros de 6.20% ao ano (a “Taxa do Título”), ressalvado que (i) juros sobre o saldo de principal então em aberto dos Títulos Subordinados após a Data de Vencimento e (ii) juros sobre quaisquer juros de mora incidirão (na medida permitida pela legislação aplicável), inclusive, para evitar dúvidas, durante qualquer período em que o diferimento de qualquer pagamento seja permitido nos termos deste Núcleo de Subordinação, à Taxa do Título mais 1,0% ao ano. Observadas as disposições deste Núcleo de Subordinação, todos os juros serão pagos pelo Emissor ao Agente de Pagamento Principal e serão distribuídos pelo Agente de Pagamento Principal semestralmente vencidos, em 21 de junho e 21 de dezembro de cada ano (ou se essas datas não forem Dias Úteis Pertinentes, no próximo Dia Útil Pertinente posterior àquelas datas) durante o qual qualquer parte dos Títulos Subordinados ficará em aberto (cada uma, uma “Data de Pagamento de Juros”), a partir de 21 de junho de 2012. Os juros serão calculados com base em um ano de 360 dias, com doze meses de 30 dias.

6. **Definições:**

Para fins deste instrumento, os termos e expressões em letra maiúscula aqui utilizados e que não tenham sido de outra forma definidos terão os seguintes significados:

Para fins deste Núcleo de Subordinação:

“Afiliada” significa qualquer pessoa jurídica relacionada ao Emissor dentro do mesmo conglomerado financeiro ou consolidado econômico-financeiro.

“Contrato de Representação” significa o contrato de representação datado de 29 de março de 2010 entre o Emissor, o Trustee e os agentes, conforme periodicamente alterado e/ou complementado.

“Taxa de Mora” significa 1,0%.

“Benchmark” significa um ou mais índices de taxa de juros ou taxa de câmbio, salvo especificação em contrário nas Condições Finais.

“Autoridade Governamental Brasileira” significa, conforme aplicável, o governo brasileiro, ou qualquer de suas subdivisões políticas, sejam federais, estaduais ou locais, e qualquer departamento, autoridade, repartição, órgão regulador, tribunal, banco central ou outra pessoa que desempenhe atribuições ou funções executivas, legislativas, judiciárias, tributárias, regulatórias ou administrativas do governo ou pertencentes ao governo sobre o Emissor.

“Convenção de Dia Útil” significa o número de dias no período de cálculo dividido por 360 (o número de dias a ser calculado com base em um exercício de 360 dias com 12 meses de 30 dias (a não ser que (a) o último dia do período de cálculo seja o trigésimo primeiro dia de um mês, mas o primeiro dia do Período de Cálculo seja um dia que não o trigésimo ou o trigésimo primeiro dia de um mês; nesse caso o mês que inclui esse último dia não deve ser considerado reduzido para um mês de 30 dias; ou (b) o último dia do período de cálculo seja o último dia do mês de fevereiro; nesse caso o mês de fevereiro não deve ser considerado ampliado para um mês de 30 dias)).

“Banco Central” significa o Banco Central do Brasil ou qualquer Autoridade Governamental Brasileira que substitua o Banco Central do Brasil nas suas atuais funções aplicáveis a este Núcleo de Subordinação.

“Contrato de Distribuição” significa o contrato de distribuição alterado e consolidado datado conforme a Escritura de Truste entre o Emissor, Banco Itaú BBA International, S.A. - Agência de Londres, Goldman, Sachs and Co. e Morgan Stanley & Co. Incorporated e inclui qualquer contrato pelo qual quaisquer distribuidores venham a aderir a esse contrato de distribuição.

“Valor de Resgate Antecipado” significa 100% da Denominação Especificada de US\$ 1.000.

“Caso de Inadimplemento” sujeito a este Núcleo de Subordinação, significa os seguintes eventos: (1) O Emissor deixa de pagar qualquer principal ou juros (se houver) em relação a quaisquer dos Títulos Subordinados de tais Séries na data de seu vencimento e, com referência ao principal, essa falta de pagamento perdura por um período de três dias e, com relação aos juros, essa falta de pagamento perdura por um período de dez dias; ou (2) o Emissor: (a) sofre dissolução, exceto com relação a uma incorporação, fusão ou reorganização que não envolva falência ou insolvência, casos em que as obrigações do

Emissor em relação aos Títulos Subordinados em aberto são assumidas pela entidade sucessora; (b) suspende o pagamento ou deixa de pagar ou não consegue pagar o total ou uma parte substancial de (ou de um tipo específico de) suas dívidas em geral na data de seu vencimento; (c) inicia um processo voluntário de falência ou qualquer outra ação ou processo por qualquer outro recurso nos termos de qualquer lei que afete os direitos dos credores que seja similar a uma lei de falência; (d) consente com a instauração contra ele de um processo involuntário de falência ou qualquer outra ação ou processo, ou um processo involuntário é instaurado se esse processo não for extinto em ou antes do sexagésimo dia após a sua instauração ou se qualquer tal extinção ou suspensão deixar de vigorar; ou (3) ocorrer qualquer evento que segundo as leis brasileiras tenha um efeito similar a quaisquer casos referidos no item (2) desta definição.

“Euro” significa a moeda única introduzida no início da terceira etapa da União Econômica e Monetária Europeia de acordo com o Tratado.

“Bolsa de Valores” significa qualquer bolsa de valores na qual os Títulos Subordinados pertinentes possam ser listados.

“Condições Finais” significa as Condições Finais datadas de 17 de janeiro de 2012 com relação aos Títulos Subordinados da Tranche 2, que incluem as condições especificadas no Núcleo de Subordinação estabelecidas como um anexo a estas Condições Finais.

“Data de Início dos Juros” significa 21 de dezembro de 2011.

“Data de Pagamento dos Juros” significa 21 de junho e 21 de dezembro, com início em 21 de junho de 2012.

“Período dos Juros” significa o período que inicia na Data de Início dos Juros (inclusive) até (mas exclui) a primeira Data de Pagamento de Juros Especificada e cada período sucessivo que inicia em uma Data de Pagamento de juros Especificada (inclusive) até (mas exclui) a próxima Data de Pagamento de Juros Especificada seguinte.

“Data de Emissão” significa 24 de janeiro de 2012.

“Emissor” significa Itaú Unibanco Holding S.A. ou quaisquer de seus sucessores que estejam atuando por meio de sua Agência em Grand Cayman.

“Data de Vencimento” significa 21 de dezembro de 2021.

“Detentor do Título” significa a pessoa em cujo nome o Título Subordinado está registrado.

“Parecer do Advogado” significa um parecer por escrito de um advogado de qualquer pessoa, incluindo, entre outros, o advogado do Emissor, seja ou não esse advogado um funcionário do Emissor, e em todos os casos em forma e substância razoavelmente aceitável ao *Trustee*.

“Nível de Retenção Original” significa 0%.

“Passivos de Paridade” significa, com relação ao Emissor, quaisquer valores mobiliários ou passivos que sejam ou farão parte do Patrimônio de Referência do Emissor, de acordo com as disposições da Resolução 3.444, exceto as Obrigações de Segundo Grau.

“Taxa de Juros” significa 6.20% ao ano, pagável semestralmente devida.

“Evento Regulatório” significa, subsequentemente ao período em que os Títulos Subordinados inicialmente se qualificam como Capital *Tier 2*, a notificação por escrito do Banco Central ou qualquer outra Autoridade Governamental Brasileira aplicável de que os Títulos Subordinados não poderão ser incluídos no Capital *Tier 2* do Emissor.

“Dia Útil Pertinente” significa: (a) no caso de uma moeda que não o Euro, um dia (exceto sábado ou domingo) no qual os bancos e mercados cambiais estejam operando no Centro Financeiro Pertinente; ou (b) no caso do Euro, um Dia Útil *TARGET*; e (c) no caso de qualquer moeda, um dia (exceto sábado ou domingo) no qual os bancos comerciais e os mercados cambiais estejam operando no(s) Centro(s) de Negócio especificado(s) nas Condições Finais.

“Centro Financeiro Pertinente” significa o principal centro financeiro da moeda pertinente (que no caso do Euro deve ser a Europa).

“Resolução 2.099” significa a Resolução nº 2.099 de 17 de agosto de 1994 publicada pelo Conselho Monetário Nacional, conforme alterada, modificada, complementada ou substituída de tempos em tempos.

“Resolução 3.444” significa a Resolução nº 3.444 de 28 de fevereiro de 2007 publicada pelo Conselho Monetário Nacional, conforme alterada, modificada, complementada ou substituída de tempos em tempos.

“Obrigações de Segundo Grau” significa todos os tipos ou classes de capital social do Emissor.

“Obrigações Sênior” significa todas as obrigações do Emissor, exceto Passivos de Paridade e Obrigações de Segundo Grau.

“Série” significa os Títulos Subordinados do Emissor, de acordo com a Resolução 3.444, que possuam termos e condições idênticos, exceto a Data de Emissão, a data na qual os juros começam a incidir e assuntos relacionados.

“Denominação especificada” significa US\$200.000 e múltiplos integrais de US\$1.000 em diante.

“Data de Pagamento de Juros Especificada” significa cada data que caia no último dia do Período dos Juros especificado nas Condições Finais após a Data de Pagamento de Juros Especificada precedente ou, no caso da primeira Data de Pagamento dos Juros Especificada, após a Data de Início dos Juros ou então conforme especificado no Título

Subordinado pertinente, em cada caso conforme ajustado pela Convenção de Dia Útil especificada nas Condições Finais.

“Títulos Subordinados” significa Títulos Subordinados da Tranche 1 emitidos pelo Emissor de acordo com as Condições Finais datadas de 14 de junho de 2011 e a Resolução 3.444 e os Títulos Subordinados da Tranche 2 emitidos pelo Emissor de acordo com as Condições Finais datadas de 17 de janeiro de 2012 e a Resolução 3.444.

“Núcleo de Subordinação” significa este núcleo de subordinação elaborado de acordo com a Resolução 3.444.

“Sociedade Sucessora” significa a sociedade constituída por fusão ou à qual o Emissor foi incorporado ou a pessoa que adquire por transmissão ou transferência (incluindo com relação à cisão) todas ou substancialmente todas as propriedades e ativos do Emissor.

“Dia Útil *TARGET*” significa um dia no qual o sistema *TARGET* esteja em operação.

“Sistema *TARGET*” significa o Sistema *Trans-European Automated Real-Time Gross Settlement Express Transfer* (conhecido como *TARGET 2*), que foi lançado em 19 de novembro de 2007 ou qualquer sucessor desse sistema.

“Termos e Condições” significa os termos e condições dos Títulos Subordinados conforme alterados e complementados pelas Condições Finais em relação a uma Série de Títulos Subordinados.

“Capital Tier 2” significa a captação de recursos realizada pelo Emissor ou por suas Afiliadas, que foram, ou serão, autorizados pelo Banco Central como *Tier 2* do Patrimônio de Referência, conforme estabelecido na Resolução 3.444.

“Tranche” significa, em relação a uma Série, os Títulos Subordinados dessa Série que possuem a mesma Data de Emissão.

“Documentos da Operação” significa a Escritura de Truste, o Contrato de Representação, o Contrato de Distribuição e os Títulos Subordinados (exceto este Núcleo de Subordinação).

“Tratado” significa o tratado que estabelece a Comunidade Europeia, conforme alterado.

“Trustee” inclui todas as pessoas, sendo, atualmente, o *trustee* ou os *trustes* na Escritura de Truste.

“Escritura de Truste” significa a escritura de truste alterada e consolidada com data de 17 de março de 2011 entre o Emissor e o *Trustee*, conforme alterada e/ou complementada de tempos em tempos.